

A VIOLÊNCIA POLICIAL-MILITAR NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA URBANA

* Pedro Seixas da Silva, Cap PM

1 INTRODUÇÃO

“A violência policial corrói um trabalho secular de glória e credibilidade conquistado junto à sociedade, fruto de muitas vidas de nossos antepassados. Magoá-los é traição”.

A violência, listada no rol dos grandes fenômenos da atualidade, é fruto da omissão e até mesmo da inoperância da sociedade em que vivemos.

Antes, culpávamos os outros integrantes do Sistema de Defesa Social pela violência existente. Hoje, o círculo vicioso foi rompido. A parte inerente à Polícia Militar no provimento da segurança pública, entendida como proteção e socorro do indivíduo e da comunidade deve ser exercida efetivamente. O povo paga impostos, e por isto quer que a Polícia Militar lhe proporcione segurança.

Os tempos são de uma Polícia Militar eficiente e eficaz, que protege e socorre com qualidade e objetividade, propiciando à coletividade a tranqüilidade desejada.

Não há outra alternativa. As Polícias Militares têm de melhorar cada vez mais o serviço que prestam à sociedade. E, através da profissionalização dos integrantes das Polícias Militares, o primeiro passo estará dado.

Todo policial-militar, desde o soldado ao mais graduado patrulheiro, deve conhecer sua missão e os objetivos de sua organização.

° Pedro Seixas da Silva é Capitão da Polícia Militar de Minas Gerais, servindo atualmente na PM6. Aspirante de 1971, é possuidor dos Cursos de Instrutor de Educação Física e Aperfeiçoamento de Oficiais realizados na APM. O presente trabalho foi apresentado durante o CAO/86, na disciplina Estudo de Problemas Brasileiros.

Como disse o Cmt Geral da PMMG, Cel PM Leonel Archanjo Affonso, através da Nota Instrutiva n.º 008/86: *“Ser soldado é exercitar uma profissão altamente qualificada. Para ser soldado existe uma criteriosa seleção e uma substancial e longa formação. O soldado tem que ler, estudar, praticar e internalizar as regras técnicas de sua profissão”*.

O exercício do Poder de Polícia é discricionário, mas não arbitrário. A violência policial-militar por ser ato contrário aos textos legais e ofensivos à dignidade humana é a preocupação aqui retratada. Procura-se ainda com esse trabalho, mostrar o papel social da Polícia Militar, listar as causas da violência policial-militar e propor medidas capazes de diminuir a violência policial-militar.

A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo; esta última, através de entrevista aberta com PM do BPTran e do BPChq, que se viram envolvidos na prática da violência policial.

O trabalho foi limitado ao nível da PMMG, com pequenas referências às Polícias Militares de São Paulo e de Goiás.

Foi gratificante a pesquisa. Primeiro, por estudar e ter a oportunidade de propor algo que venha arrefecer o fenômeno da violência policial-militar e, segundo, por entender cada vez mais esse completo ser humano, do qual faço parte.

2. A VIOLÊNCIA POLICIAL-MILITAR NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA URBANA

A violência policial praticada por alguns policiais está contida na própria origem das polícias, mas sempre foi combatida e repudiada por aqueles que dirigem os organismos policiais. Antes, as polícias foram criadas para disciplinar as relações sociais entre as pessoas nas cidades e, durante um longo período, passaram a ser confundidas com a própria Administração da cidade. Tomando as responsabilidades da Administração, no tocante à elaboração das normas e suas conseqüentes aplicações, as polícias, por delegação de competência dos governantes, passaram a se impor, algumas vezes, arbitrariamente, extrapolando os limites das leis. A polícia representava, assim, força e poder. Firmou-se uma tradição que, por culpa de poucos, ainda perdura, na atualidade, para muitos.

A violência policial da minoria, assim considerada, no Brasil tem três parâmetros bastante visíveis. Antes da Revolução de 31 de março de 1964, competia à Polícia Civil o exercício do policiamento ostensivo, através da Guarda Civil, ficando a Polícia Militar, como reserva do Exército, nos quartéis, pronta a agir como participante do sistema de defesa interna e de defesa territorial. Essa interiorização da Polícia Militar nos quartéis só ocorria em Belo Horizonte, pois, no interior do Estado, era ela que executava a Polícia Administrativa e a Polícia Judiciária, porque o Delegado era, quase sempre, Oficial da PM; o Escrivão, um graduado, e, na rua, existiam os PM atuando preventiva e repressivamente. Nessa época, prevaleciam algumas violências policiais — da Polícia Militar e da Polícia Civil, atuando contra

os grupos minoritários e mal integrados socialmente, aí incluídos criminosos, prostitutas, vendedores ambulantes e os menores. Desse período pouco se tem notícia, pois a Imprensa era embrionária.

De 1964 até 1979, a violência foi exercida, diretamente, contra seqüestradores e criminosos contestadores do Regime e executada por integrantes das Forças Armadas, auxiliados por policiais, militares e civis. Imperou, nessa época, também, a violência do chamado "Esquadrão da Morte". De 1979 até hoje, momento em que a Imprensa falada, escrita e televisada tem ampla liberdade de divulgação dos fatos, há uma tendência exagerada em se propalar os casos em que a violência se faça presente. Não há direcionamento específico de violência policial, mas, sim, casos isolados de policiais que, nas suas ações, acabam excedendo os limites da Lei e se comportam contrariamente às ordens recebidas.

Vale ressaltar sempre que os poucos casos de violência policial são frutos de policiais mal preparados, desequilibrados psiquicamente, fatores esses que mereceram sempre o repúdio da Administração policial, com as conseqüentes medidas corretivas tomadas de imediato, quase sempre culminando com a exclusão do violento, para não conspurcar os honrados da Corporação.

Especificamente, na Polícia Militar de Minas Gerais, poucos são os casos de violência. Em 1985, tivemos 517 punições disciplinares aplicadas em todo o Estado por violência, sendo o BPCq em primeiro lugar, com 27 punições (Anexo A).

a. A configuração da violência policial

Segundo o Cel PM Klinger Sobreira de Almeida, em "Violência Policial — O Problema, suas Causas e Soluções" —, palestra proferida em 29Mar84 aos Oficiais do Comando de Policiamento da Capital, o termo Violência "é entendido como o ato de força, a impetuosidade, o acontecimento, a brutalidade, a veemência. Embora, em princípio, a violência importe num ato de força, num ato brutal, tornando, pois, a forma física, tanto pode ser material, como pode ser moral:

— 1) *Violência material* resulta da agressão física, do atentado físico, ou do emprego de força necessária à submissão da pessoa. Pode ser também contra a coisa.

— 2) *Violência moral* caracterizada pela ameaça ou intimidação de quem detenha força ou poder, desestrutura o arcabouço psíquico da pessoa, gerando medo, humilhação, receio".

Assim, não há como confundir a Violência Legal da Violência Arbitrária. Aquela é o ato de força empregada em consonância com a Lei e não chega a constituir abuso, excesso ou desvio do poder. As vezes, ela chega a ser brutal, é constringedora e coage, mas visa ao fim maior do bem comum, preservando a ordem jurídica.

Para efetuar a prisão legal (mediante ordem de autoridade competente ou flagrante delito), conforme os Códigos de Processo Penal Militar

e Comum, é admissível que o PM empregue força física, sempre sem violência arbitrária ou abuso de poder, nos casos de resistência, agressão, desacato, desobediência e tentativa de fuga.

Violência arbitrária é o emprego de força física fora dos casos estabelecidos pela Lei, ficando o autor da violência sujeito às normas dos Códigos Penal e Militar, e da Lei 4.898, que trata do Abuso de Autoridade.

Hoje, vivemos nova realidade. Com o regime de abertura política, os inconformistas de outras épocas se soltaram, em forma de avalanche, utilizando os veículos de comunicação de massa, a fim de influenciar a opinião pública nacional contra o regime de governo.

Precisamos nos precaver, procurando, cada dia mais, pautar nossas ações em condutas sóbrias, colimadas com o objetivo de bem servir à sociedade, pois, caso contrário, seremos focalizados com "lentes de aumento" e de forma distorcida pelos "opponentes".

Entretanto, reconhecemos existir o problema da Violência Policial, conforme adiante passaremos a descrever.

A violência policial é um dos componentes de violência urbana, embora esta não seja origem daquela. Elas se interagem, são causas e efeitos de um sistema tradicional e defasado dos atuais momentos vividos por nós.

Cabe a cada um de nós, policiais mais experientes, tentar conscientizar nossos subordinados e companheiros de trabalho de que não se combate a violência com violência. A função do policial-militar é a de levar a paz, a segurança, a tranqüilidade e não fazer com que a população tenha medo dele.

Em Dez85, no Jornal do Brasil, uma autoridade governamental disse: "O marginal será tão violento quanto mais violência receber por parte da sociedade, seja através da impossibilidade de trabalhar continuamente, seja através da repressão policial, seja, finalmente, através da conscientização de que nenhum outro caminho lhe resta senão o de aderir à violência circundante para não ser colhido por ela". Sábias foram essas palavras.

A relação entre o crescimento da criminalidade violenta e o crescimento da violência policial é explorada pelos órgãos de comunicação. Alguns jornalistas mais ferrenhos desprezam o lema antigo de "miséria gera violência" para se apegar ao de "violência gera violência". A questão é discutível. Outros já dizem o contrário, ou seja, "a violência da polícia é inevitável como forma de coibir os excessos violentos dos delinquentes". Não somos extremistas, pois não advogamos a arbitrariedade. Somos partidários de uma Polícia Militar e Civil exemplares, fiéis aos dispositivos legais que as norteiam.

Ambas, violência policial e violência dos delinquentes, são causas perniciosas de uma sociedade pertencente a todos nós. Devem ser combatidas nas suas origens e não repudiadas simultaneamente, com alegações recíprocas de causalidade entre elas.

b. Causas da violência policial

Inicialmente, pensei ser fácil. Faria uma pesquisa, no âmbito interno da Polícia Militar, procurando ouvir os policiais-militares violentos. Seriam perguntas diretas que ao final poderiam ter as respostas tabuladas e, a partir daí, as causas seriam abstraídas. Comecei o trabalho no BPChq. Lá ouvi cinco PM que cometeram violências policiais e foram punidos disciplinarmente. O resultado da pesquisa, embora bem planejado, foi de um insucesso total. E o motivo foi a impossibilidade de detectar exatamente as causas que levam os PM a se excederem dos limites de seus deveres. Em um entrevistado, situação financeira estável, a causa alegada foi a deficiência do sistema judiciário, pois, pela terceira vez, tinha prendido o delinqüente que, de imediato, era posto na rua e tornava a delinqüir. Um outro PM, com físico avantajado, alegou que usou a violência por não acreditar na recuperação do delinqüente. Outro entrevistado alegou ser daqueles PM considerados machos e a violência é sua constância, ainda mais que tem a proteção de seus superiores.

Após ouvir os cinco PM, cheguei à conclusão de que as causas eram as mais diversas e era impossível priorizá-las, pois, dependia muito mais da individualidade biológica de cada um dos PM e do ambiente que os cercava.

Não parei no BPChq e me desloquei até ao BPTran, continuando meu trabalho de campo. Lá, após seleção dos PM que se excederam nas violências, alguns punidos, outros não, comecei a entrevista. Fiz ver aos entrevistados o caráter científico do trabalho e lhes dei a minha palavra sobre o sigilo que manteria dos casos. O resultado foi o mesmo. Cada um tinha justificativa própria, desde a alegação de que não se podia trabalhar direito na atualidade, até a de que a violência gera respeito aos infratores da lei. A partir daí, passei a conversar com outros PM, com professores, na sua maioria psicólogos e sociólogos e, ao final, pude relacionar as principais causas da violência policial.

1) Imagem tradicional de polícia desvirtuada dos seus propósitos

Na antiguidade, a polícia era utilizada como força dos governantes e sua atuação quase sempre se pautava pela violência. Havia excessos de toda natureza e as classes menos privilegiadas sofriam horrores. Essa imagem vingou e, infelizmente, muitos pensam ser a polícia composta de homens, cuja linha de ação tem como parâmetro a violência. É uma imagem distorcida que muitas pessoas vêem e vão passando umas às outras.

Assim, aqueles que vêm para os nossos Quadros, já trazem consigo o preconceito de que para ser policial é necessário ser violento.

2) Deficiência da mão-de-obra recrutada

Nossos policiais são, na sua maioria, pessoas que foram mal sucedidas em outras profissões. Ou são da zona rural ou provenientes das regiões periféricas dos centros urbanos, portadoras de vícios diversos e com

condições físicas e mentais deficientes. Espelham o despreparo e não há como mudá-los, não obstante uma instrução adequada, pois são fracos na própria estrutura. Assim, o elemento que entra para a Polícia Militar para ser soldado é quase sempre rude, bronco e destituído de um bom embasamento cultural, intelectual e emocional. Partem daí as premissas: "O único jeito é você entrar para a polícia". "Você não serve nem para ser soldado".

3) Seleção deficiente

O próprio universo de recrutamento é limitado, pois os candidatos que se apresentam são deficientes. A partir daí, a seleção repousa em testes intelectuais e psicotécnicos, com pouco grau de dificuldade, pois, exigindo mais, estaremos sujeitos a não preencher as vagas existentes. É um círculo vicioso, cuja solução terá que partir dos órgãos institucionais, principalmente pagando-se mais aos policiais-militares, que tanto suor e coragem, diuturnamente, empregam em prol da segurança pública.

4) Formação policial-militar inadequada

O Curso de Formação de Soldados, atualmente, é de curta duração. Os instrutores (Oficiais) praticamente não atuam, pois os que mais orientam os alunos são os monitores (Sargentos), na sua maioria despreparados. Há falta de recursos materiais para a instrução, tornando-a quase sempre feita através de aulas expositivas e divorciadas da realidade profissional de todos nós. O resultado é um produto (PM) desqualificado para a função.

A formação, ao invés de ser prioritária, passa a ser secundária e o resultado é o mau profissional, lançado à rua com a missão de proteger uma sociedade.

5) Violência urbana

Numa época em que os crimes, cada vez mais violentos, são praticados, na sua maioria, por grupos organizados, o policial-militar, desacreditando nos Sistemas de Polícia Judiciária e Penitenciário, começa a fazer justiça com as próprias mãos. É uma anomalia de personalidade. O policial que assiste vítimas indefesas sucumbirem pelas mãos dos delinqüentes, não suporta, se não tiver uma sólida personalidade, e passa a se achar no direito de ser o defensor de todos. Assume, então, o papel de juiz e executa todos aqueles que, a seu modo, são merecedores.

Aqui, temos de ter cuidado. Muitos policiais foram severamente criticados, e com justa razão, quando se declararam "justiceiros", senão vejamos:

"Bandidos têm mais é que morrer"

(Walter Heil, Presidente da Coligação das Associações de Polícia — Jornal da República, 26-11-79)

"Teu filho não tem mais jeito. Só matando"

(Advertência do PM à mãe de I., preso em Nova Igraçu — Folha de São Paulo, 12-10-83)

“Nós não temos escolha. Aconteça o que acontecer, vamos combater a violência com violência, porque não existe outra maneira. Não podemos tratar criminosos com doces e chocolates”

(Secretário Octávio Gonzaga Jr. — Estado de São Paulo, 17-11-81)

“A violência é uma resposta que a Polícia Militar dá aos bandidos”

(Depoimento do Cel PM Sidney Palácios. Dep. Estadual pelo PTB na Folha de São Paulo em 08-02-83)

Essas opiniões veiculadas são frutos de pessoas portadoras da “síndrome de justiceiro” e merecem nossa crítica, pois acreditamos nos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, harmônicos, independentes e eficazes.

6) Impunidade dos violentos

“É de pequenino que se torce o pepino”. Ao sinal do primeiro ato de violência do policial, terá ele que ser punido com rigor, pois se o responsável pela apuração distorce a verdade para proteger o faltoso, amanhã, em outro momento, este voltará a agir violentamente. Há, em muitos Batalhões, duas classes de PM. A primeira, é dos chamados “boçais”, “durões”, “justiceiros” e a segunda, dos “frouxos”. Ambas são repudiadas por nós, que não somos extremistas. Somos adeptos daquela classe una, indivisível, que objetiva a tranqüilidade pública com suas atitudes e não um grupo aterrorizador e disseminador da violência junto à população.

7) Deficiência de recursos materiais

A deficiência de recursos materiais, além de tornar o homem insatisfeito, prejudica a operacionalidade e a eficácia na execução dos serviços policiais, criando situações conflituosas que muitas vezes geram violência.

Em 1982, tive oportunidade de presenciar um caso, na cidade de Almenara-MG, onde a ausência de gás lacrimogêneo, na Companhia Policial-Militar, obrigou um PM a empregar violência contra um delinqüente que tomou como vítima uma família. A ausência de material adequado frustra o policial e cria nele o espírito de rebeldia. Ao contrário, a existência de recursos eficientes dá força e ajuda nas soluções dos problemas enfrentados pelos policiais no dia-a-dia de combater e prevenir o crime.

3. O QUE FAZER

É bom ser policial-militar. O nosso trabalho é uma das funções mais dignas. Eu costumo destacar quatro: o professor que educa, o médico, que cuida da saúde; o advogado que cuida da liberdade; e o PM, que dá segurança. A dramática convivência com expectativas de papéis contraditórios gera para o policial momentos extremos de tensão. Ao mesmo tempo em que deve ser um bom pai, bom marido, homem justo, ele é o enfren-

tador de bandidos, é o que dá assistência à uma parturiente. São situações opostas que exigem de todos nós uma condição quase que sobrenatural. O bom policial é abnegado e idealista, atende bem e tem espírito de equipe. O bom Policial é Policial 24 horas por dia. É dedicado à profissão. Faz seu trabalho com amor. Às vezes, está na hora de sair, mas surge um caso e ele fica. O mau policial deixa para o dia seguinte. O bom Policial é aquele que sabe cumprir o seu dever e gosta de fazer o seu serviço; já o mau policial é aquele que procura, na profissão, apenas um emprego.

Temos de reverter os poucos policiais violentos em policiais exemplares, respeitosos e tranqüilizadores da sociedade, tão carente de segurança.

O trabalho dos Oficiais é árduo para solucionar o problema da violência policial. Exige muito de todos, cada um participando e fazendo ver a necessidade de ser um policial sentinela da comunidade, que atua, de forma eficiente e eficaz, contra a escalada da delinqüência contemporânea. A polícia está inserida nos valores comunitários e deve cultivá-los.

Para sanar o problema da violência policial é necessário:

- a. Mudar a imagem distorcida que muitas pessoas têm da Polícia Militar

Somos uma Instituição secular, inserida em todas as Constituições Federais e nossa existência é fruto da necessidade social, pois somos parte viva e atuante da comunidade. Nossas ações têm como parâmetros a legislação e não nos alvorecemos como opressores das liberdades individuais. Existem, sim, alguns casos de violência praticados pelos integrantes de nossa organização, mas nós não compartilhamos dessas organizações hostis, razão pela qual as medidas corretivas são impostas, de imediato, contra esses violentos. O resultado se vê através dos quadros de punições disciplinares aplicadas, nos casos de exclusão disciplinar e na penalização através da Justiça Militar.

- b. Valorizar a mão-de-obra policial-militar

Ao Soldado cabe o maior ônus para o cumprimento da árdua missão de mantenedor da Ordem Pública, em condições tão adversas. O regime de trabalho do PM é árduo, os horários são rígidos e a tensão permanente, mesmo de folga. Comparado com outros profissionais do serviço público, o Soldado da PM é injustiçado. É necessário elevar o seu nível de motivação, apoiá-lo, ouvi-lo, pois, caso contrário, veremos nele um alienado e um revoltado, que age contrariamente aos interesses coletivos.

A Caixa Beneficente da Polícia Militar já pensou, inclusive, em criar um Hospital Psiquiátrico, para dar tratamento aos nossos PM que, ao longo de sua carreira, tornaram-se psiquicamente inaptos ao trabalho.

- c. Seleção cuidadosa de nossos homens

Aumentando o salário de nosso pessoal teremos maior universo de recrutamento e, conseqüentemente, melhores níveis nos testes de se-

feção, redundando num selecionado com maior condição física e mental, portanto, apto a desempenhar melhor sua função junto à sociedade.

d. Formação policial-militar criteriosa e instruções constantes

É o ponto chave do problema. É a prioridade número um de uma Corporação. Aqui, os investimentos trazem retornos vantajosos. Como disse o Cel Klinger, "a formação criteriosa é terapêutica decisiva na eliminação do resíduo de violência policial". A partir de uma formação adequada, as instruções se processam ao longo da vida policial-militar, com o intuito, cada vez mais nobre, de orientar e corrigir as distorções.

e. Erradicação da violência urbana

Hoje, a população clama por segurança. Há violência não só nos meios pobres, mas, também, nos meios ricos. As notícias são divulgadas em letras garrafais, espalhando as manchetes do medo:

"Brasil — Campeão em acidente de trânsito."

"Trânsito violento mata 13 em Minas".

"Atentados sexuais viram hábito na rotina dos assaltos".

"Acompanhe: os assassinos da jovem Mary vão mostrar como foi o crime".

"São Paulo, Capital da violência, vive no medo".

"Reza, mata, enforca".

"Rio, uma cidade gritando por socorro".

As manchetes acima são difundidas levando à cada pessoa e à cada lar a insegurança.

Há necessidade de um engajamento por parte de todos os segmentos da sociedade, fazendo com que os criminosos violentos sejam retirados do nosso meio e colocados numa prisão, onde a recuperação seja a tônica e não deteriore cada vez mais o personagem tão abalado do delinqüente.

f. Apurações criteriosas e punições rigorosas

Há de se eliminar o paternalismo nas apurações policiais-militares. Já diz um velho adágio: "O mal dos protegidos é o protetor". Ao proteger um policial violento estamos sendo coniventes com a injustiça e negando o princípio que juramos, que é o de zelar pela segurança da comunidade. Apurar, criteriosamente, é ser justo, honesto, coerente e racional. É desestimular o grande mal da violência que nos faz ser desacreditados e inconfiáveis pela população. A partir do apurado há de se aplicar o contido nas legislações em vigor, com o interesse de zelar pelo bom nome da nossa Instituição.

g. Destinação de maiores recursos para as Polícias Militares

Uma polícia deficiente, em termos de recursos, é ineficiente em suas ações de zelar pela Ordem Pública. Segurança Pública é uma ativi-

dade onerosa ao Estado. Contrastando com essa evidência, existe a realidade da grande carência de meios do aparelho policial, dificultando os propósitos de obstacular oportunidades e vontades de delinqüir. Nos últimos sete anos, como exemplo, não obstante a abrupta transformação ocorrida na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em termos de crescimento demográfico e econômico, e de todos os problemas sociais que acompanham o fenômeno da urbanização desorganizada, o efetivo para o policiamento da RMBH cresceu 70,2%, isto é, passou de 4.890 para 8.321. No mesmo período, o volume criminal de ocorrências saltou de 80 mil para uma estimativa de 300 mil (+ 375%), conforme dados fornecidos pelo Comando de Policiamento da Capital (CPC). Uma polícia bem aparelhada e disposta taticamente de forma inteligente constitui o principal óbice à ascensão da delinqüência violenta.

h. Assistência psicológica

O PM vive momentos de grandes oscilações: ora depara com um marginal, ora dá assistência a uma mulher que dá à luz. São situações extremas que, invariavelmente, conduzem nosso homem ao "stress". Aí, entra a orientação psicológica, através de uma assistência efetiva, que faça com que o homem volte a trilhar os caminhos da normalidade e não se exceda em sua maneira de ser. Esta orientação há de partir, não só dos técnicos especializados, mas, também, dos superiores, que no dia-a-dia, acabam apurando a capacidade de seus subordinados, sendo necessário, para tanto, um relacionamento afetivo e efetivo entre o superior e o subordinado.

i. Incrementação do lazer

O trabalho do policial-militar é estafante e merece interrupções. Assim, as folgas, as férias e os descansos devem ser bem aproveitados, procurando o policial-militar se livrar das tensões e desgastes diários. O lazer é vital para a eliminação do "stress", tornando o policial-militar rejuvenescido para as suas atividades policiais próximas.

4. COMO FAZER?

Existe em cada um de nós um potencial muito grande de realizações. Realizar é mudar, é alterar aquilo que não se coaduna com os objetivos colimados. Buscamos as causas da violência policial, indicamos o que devemos fazer e agora nos propomos a mencionar a maneira de se minimizar a violência policial em nosso meio.

Se todos fizessem cada um a sua parte, faríamos de nosso país um mundo melhor para se viver. Estas propostas constituem um chamamento para os segmentos da sociedade, cujos problemas intrínsecos foram apontados e exigem providências imediatas. É hora do esforço grupal. Da nossa parte, propomos combater a violência policial da seguinte maneira:

a. Conscientizar a sociedade da missão nobre da Polícia Militar, que é a de Manutenção da Ordem Pública e Segurança Interna, através das seguintes medidas:

1) Obter um nível de relacionamento com a Imprensa que permita o aperfeiçoamento da imagem favorável da Corporação, procurando atenuar o impacto das ações repressivas, de forma a conquistar a simpatia popular, dando respostas objetivas aos problemas relacionados com a Manutenção da Ordem Pública;

2) Manter as Seções de Relações Públicas das OPM integradas, de forma a permitir respostas oportunas e imediatas sempre que necessário;

3) Informar e esclarecer à opinião pública das realizações da Corporação no campo preventivo, dos propósitos e da constante busca do aperfeiçoamento de seus Quadros, com vistas a melhor qualidade de prestação de serviços;

4) Manter um relacionamento franco e aberto com os Órgãos de Comunicação Social, evitando o exarcebamento de ânimos, o sensacionalismo, a divulgação do "modus operandi" ou técnicas de criminosos, desestimulando novos infratores, mantendo a confiança da comunidade na Polícia Militar, procurando a cooperação e a interação povo x polícia, reduzindo dúvidas e incertezas;

5) Cultivar a verdade e desestimular o pensamento distorcido e negativo sobre a Corporação, especialmente sobre a concepção equivocada de que há a intenção de se encobrir à opinião pública da existência de eventuais erros ou falhas;

6) Proporcionar, através de trabalho vigoroso, contínuo e sistemático, a geração de notícias para veiculação nos Órgãos de Comunicação Social, de informações pertinentes à divulgação do trabalho na Corporação, no campo da manutenção da Ordem Pública;

7) Promover, até o escalão OPM e Companhia Destacada, quando possível e os meios forem compatíveis, Colônia de Férias, desenvolvendo atividades desportivas, recreativas, assistenciais e de caráter cívico para a população infantil e jovem de suas comunidades.

b. Valorização do policial-militar com:

1) Maiores salários;

2) Criação de percentuais adicionais para os PM passarem 5 (cinco) anos sem sofrerem punições disciplinares;

3) Concessão de passe gratuito para os PM nos ônibus coletivos;

c. Seleção cuidadosa:

1) Exames intelectuais com maior grau de dificuldade;

2) Exames psicotécnicos de maior amplitude, visando detectar desvios de ordem psíquico-social nos candidatos.

3) Entrevistas realizadas sempre por Oficiais Técnicos, com profundo conhecimento das técnicas de inquirição;

4) Investigação social antes do candidato ingressar na Polícia Militar;

d. Formação policial-militar e Instrução

1) Aumentar para 1 (um) ano o período de formação policial-militar;

2) Priorizar o Curso de Formação de Soldados, nas atividades da OPM, no sentido de escolha dos Instrutores e Monitores;

3) Inserir matérias de formação humanística no Curso de Formação de Soldados, principalmente a Psicologia, Sociologia e Relações Públicas;

4) Incluir, no Programa de Formação, palestras, conferências e visitas às outras OPM, buscando o intercâmbio que é tão útil e necessário;

5) Criação de fichas individuais dos Soldados-alunos, procurando registrar todos os fatos positivos e negativos praticados por ele;

6) Criação de uma Comissão de Oficiais que, ao final do curso, avaliaria, um a um, os Soldados-alunos e daria o parecer final sobre o aproveitamento deles;

7) Exclusão imediata daqueles que demonstrarem inaptidão policial-militar, durante o curso;

8) Instrução intensiva e extensiva, buscando, através do estudo de cada caso, mudanças de comportamento;

9) Aquisição de recursos audiovisuais para as aulas dos cursos de formação e para a Instrução;

10) Destinar toda verba arrecadada com as inscrições no CFSd para utilização na compra de material didático.

e. Erradicação da violência urbana

1) Reformulação do Plano Econômico e Social, com destaque para a desconcentração industrial e política de fixação do homem na cidade, incentivando a agricultura e a pecuária na zona rural;

2) Geração de empregos adicionais para absorver o crescimento vegetativo da população urbana;

3) Promotoria pública cada vez mais ágil e acessível a todos os segmentos da população;

4) Utilização e mobilização dos recursos humanos e materiais da própria Comunidade, criando os Conselhos Comunitários de Segurança;

5) Articulação dos Governos Federal, Estadual e Municipal com as iniciativas comunitárias, na tarefa de combate à violência;

6) Criação do Cadastro Nacional de Informações Criminais, de fácil acesso, centralizado e interligado às organizações policiais e judiciárias dos Estados;

- 7) Maior controle das armas;
- 8) Maiores recursos para a Segurança Pública;
- 9) Atualização da Legislação Penal e Processual, visando combater, com rigor, os crimes de trânsito, colarinho branco, uso e tráfico de drogas;
- 10) Criação de uma nova estrutura prisional;
- 11) Política de assistência e apoio ao menor, através de um processo educacional adequado;
- 12) Continuação do programa de encontros e seminários, reunindo pessoal de Segurança Pública, Professores, Políticos, estudiosos e pessoas interessadas para avaliar os resultados dessas medidas e proposta de novas soluções;

13) Através das Polícias Militares:

Intensificar:

- a) ainda mais, o Policiamento Ostensivo em suas diversas modalidades, nos locais de risco e ocorrências de criminalidade violenta;
- b) o relacionamento e integração com a comunidade, na busca da identificação e do atendimento de seus anseios;
- c) a busca e apreensão de armas portadas ilegalmente;
- d) medidas de controle de furto e roubo de veículos;
- e) medidas de proteção e segurança aos usuários dos sistemas de transportes coletivos;
- f) o relacionamento com a Magistratura e o Ministério Público, para maior harmonização de medidas e troca de informações;
- g) a utilização de motocicletas e cavalos, para ampliar a ação de presença do Policiamento Ostensivo;
- h) o desenvolvimento da participação nos programas sociais de proteção e amparo ao menor carente;
- i) o intercâmbio entre as Polícias Estaduais, para conhecimento das mútuas experiências;
- j) a utilização de recursos de Informática, para agilização operacional;
- l) a expansão ou a criação, onde não houver, de Unidades de Polícia Feminina, para o atendimento prioritário à mulher, ao menor e ao idoso.

f. Apurações criteriosas e punições rigorosas

- 1) Publicação em Boletins da Corporação de todos os casos de violência policial;

2) Promover campanhas educativas junto ao público interno, através de palestras específicas, abordando os malefícios da violência policial para a Corporação.

g. Maiores recursos para as Polícias Militares

1) Adoção de medidas no sentido da viabilização do aporte de recursos aos Governos Estaduais, para atendimento das necessidades de:

a) ampliação e desenvolvimento dos recursos humanos e técnicos das Polícias Militares;

b) reequipamento material, em termos de viaturas, telecomunicações, recursos de Informática e itens especializados;

2) Geração de incentivos por parte do Governo Federal:

a) aos Governos Estaduais, para seleção e formação de Guardas de Presídios para vigilância de muralhas, a fim de liberar expressivos Contingentes das Polícias Militares para o Policiamento Ostensivo;

b) às Concessionárias de Serviços telefônicos para a implantação de serviço de alarme residencial e comercial, ligados aos Centros de Operações das Polícias Militares;

c) ao intercâmbio técnico-profissional com organizações policiais estrangeiras;

d) aos Órgãos Oficiais de pesquisa, para a mensuração estatística da criminalidade, objetivando o exato conhecimento do fenômeno para o emprego dos meios adequados e necessários.

h. Assistência psicológica, através de:

1) Criação de uma Seção de Psicologia em cada OPM, chefiada por profissional qualificado, visando orientar os policiais-militares;

2) Palestras feitas, mensalmente, aos PM, procurando ouvir as reclamações de cada um, para posterior análise e tomada de medidas, se for o caso;

i. Lazer, com:

1) Criação de Clubes das diversas classes, aumentando o espírito de equipe e aliviando as tensões dos PM;

2) Criação de torneios esportivos entre as diversas OPM da capital e do interior;

3) Intercâmbio com outras PM, permitindo nossos PM passarem férias em outros Estados.

5. CONCLUSÃO

Estamos, no dia-a-dia, calcados nos princípios da legalidade e moralidade, procurando nos aperfeiçoar e atender as aspirações de segurança de nossa sociedade. Queremos e desejamos fazer de cada um dos nossos policiais-militares pessoas polidas, de condutas pública e particular irrepreensíveis, equilibradas emocionalmente e tecnicamente bem preparadas.

Jamais haveremos de nos impor perante a comunidade, através da força física, da valentia, mas, sim, por uma conduta inatacável.

Não negamos a existência de policiais violentos no nosso meio. Sabemos existirem e, cada vez mais, nos conscientizamos da necessidade de expurgá-los, para não contaminarem os policiais-militares honrados e admirados pela população.

Em 1985, diversos PM foram punidos e outros foram excluídos. O Tribunal de Justiça Militar, nesse mesmo ano, proferiu decisões condenatórias ou confirmação de condenações num percentual de 76%, enquanto as decisões absolutórias ou confirmação de absolvição ficaram em 24%. Os números não autorizam a conclusão de excessivo rigor do TJM, mas são suficientemente eloqüentes para demonstrarem que não há qualquer sinal de protecionismo em suas decisões, mas tão somente aplicação da lei na sua essência, contra aqueles PM que conspurcam nosso meio. Continuaremos assim, pois nós, os Oficiais, somos os responsáveis pelo destino de nossa Corporação.

Encerrando, conclamo aos integrantes das Polícias Militares a pensarem nas citações do Cel Klinger, quando diz: "Devemos proporcionar às Comunidades Mineiras o necessário clima de segurança. Só assim elas progredirão, trabalharão em paz, porque o cidadão sabe que tem uma Polícia que o protege, que vela por sua família, guarda o seu patrimônio e o da coletividade, zela pela preservação da moral e dos costumes. E o cidadão que tem essa Polícia cumpridora de seu papel social, prestigia-a, valoriza-a, admira-a, orgulha-se dela. A Organização policial prestigiada, valorizada e admirada pela Comunidade a que serve recebe, em outorga, forçosamente (colorário natural), o reconhecimento do Poder Político, reconhecimento este que se traduz, concretamente, em recursos materiais modernos e compatíveis, e salários condizentes à um profissional altamente qualificado".

Policial é velar sobre a cidade, diuturnamente, para que nada perturbe a paz, a ordem e o bem-estar de todos e de cada um.

O exemplo está dado por nós, da Polícia Militar de Minas Gerais, que repudiamos a violência e estamos engajados na sua diminuição. Os procedimentos corretos estão delineados. As idéias de liberdade e desenvolvimento, inscritas no centro do pensamento democrático, são indissociáveis da segurança individual dos cidadãos, sendo dever do Estado oferecer ao povo tal segurança: esta é a missão legada às Polícias Militares.

ANEXO A

PUNIÇÕES APLICADAS PELA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS — PELO USO DE VIOLÊNCIA DOS PM

OPM	EFETIVO	1984	% VIO- LÊNCIA POLICIAL 1984	1985	% VIO- LÊNCIA POLICIAL 1985
1.º BPM	1.499	13	0,86	19	1,26
2.º BPM	1.679	28	1,66	23	1,36
3.º BPM	876	03	0,34	17	1,94
4.º BPM	775	06	0,77	21	2,70
5.º BPM	1.146	22	1,91	25	2,18
6.º BPM	978	21	2,14	22	2,24
7.º BPM	1.000	25	2,50	20	2,00
8.º BPM	1.073	28	2,60	24	2,23
9.º BPM	1.136	16	1,40	21	1,84
10.º BPM	1.043	11	1,05	23	2,20
11.º BPM	1.104	18	1,63	22	1,99
12.º BPM	775	02	0,25	18	2,32
13.º BPM	1.145	20	1,74	21	1,83
14.º BPM	1.023	15	1,46	25	2,44
15.º BPM	939	14	1,49	18	1,91
16.º BPM	1.144	03	0,25	21	1,83
17.º BPM	945	23	2,43	25	2,64
18.º BPM	1.130	24	2,12	19	1,68
19.º BPM	802	12	1,49	19	2,36
20.º BPM	815	20	2,45	23	2,82
1.º GI	698	01	0,14	03	0,42
2.º GI	709	00	0,00	01	0,14
3.º GI	711	08	1,12	01	0,14
BPTRAN	1.370	05	0,36	17	1,24
RPMONT	619	06	0,96	13	2,10
BPChq	1.027	48	4,67	27	2,62
BPRv	884	00	0,00	02	0,22
BPFlo	823	09	1,09	26	3,15

Na RMBH é onde a violência policial tem os índices mais elevados, com predominância do BPChq e 18.º BPM.

No interior do Estado, o menor índice é creditado ao BPRv, vindo logo após o 3.º BPM (Diamantina) e o 12.º BPM (Passos) com o mesmo número.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AFFONSO, Leonel Archanjo. Políticas de Comando Geral. Belo Horizonte, Edição Imprensa Oficial, 1985.
2. AFFONSO, Leonel Archanjo. Comportamento da PMMG face à Violência Urbana. Belo Horizonte, Set1984, Palestra aos estagiários da Escola Superior de Guerra.

3. ALMEIDA, Klinger Sobreira. *Violência Policial — O Problema, suas Causas e Solução*. Belo Horizonte. 29Mar84, Palestra aos Oficiais do Comando de Policiamento da Capital.
4. BENEVIDES, Maria Victória. *Violência, Povo e Polícia*. Editora Brasiliense/CEDEC, Abr83.
5. BICUDO, Hélio Pereira, *Um depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo. Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, 1978.
6. CARLEIAL, Bernardino Mendonça. *Violência e Omissão*, Estado de Minas, 09Mar86, pág. 10.
7. CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo. Editora McGraw-Hill do Brasil, 1979.
8. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1974.
9. Inspetoria Geral das Polícias Militares, *Manual Básico de Policiamento Ostensivo*. Rio Grande do Sul, Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas.
10. Instituto de Criminologia, *Boletim de Informações Criminológicas*. Belo Horizonte, 1984.
11. JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog Prisão, Tortura e Morte no Brasil*. São Paulo. Editora Parma Ltda, 1979.
12. JÚNIOR, Dorgival Olavo Guedes. *Plano de Assuntos Cíveis*. Belo Horizonte, 1985.
13. LIRA, Fernando. *O Plano Contra a Violência*. Brasília 05Ago85.
14. MAKARENKO, A.S. — *Poema Pedagógico*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.
15. *Moção e propostas das Polícias Militares do Brasil, no Mutirão Contra a Violência*. Caruaru, Pernambuco/85.
16. NETO, Antônio Moreira. *A Violência Policial-Militar*, Belo Horizonte, Curso Superior de Polícia, 1982.
17. *Revista OAB — N.º 22. A Instituição Policial*. Rio de Janeiro. Gráfica MEC Editora Ltda. Jul85.
18. *Revista Veja. Especial — Com o dedo no gatilho*. São Paulo. 06Jun84.
19. *Rio de Janeiro, Polícia Militar. Revista da PMERJ, n.º 4, Rio de Janeiro, Out85.*
20. SOARES, Waldyr. *Manual de Policiamento Ostensivo de Rádio Patrulha*. Belo Horizonte. Produção SEPME, Jun/1976.